



Casa do Jornalista de São Paulo
Fundada em 1933

Jornal da Imprensa Paulista

Órgão Oficial da Associação Paulista de Imprensa

Edição nº 879 / Ano 74 - abril de 2007 - Rua Álvares Machado, 22 - 3º andar - Centro - São Paulo - SP - Fone: 3242-4004 Fax: 3104-3510 e-mail: comunicacao@api.org.br

AERUS/VARIG... Uma tragédia surrealista em lenta agonia

Ninguém dá solução. Uma situação humilhante e desumana para milhares de trabalhadores, aposentados e pensionistas...
A falta de fiscalização dos Órgãos governamentais responsáveis e a desastrada intervenção, preocupam todos os integrantes do sistema de previdência privada complementar.
Leia na pág. 7

Um absurdo! Apesar dos escândalos o festival de impunidades continua...

O temporal de denúncias de corrupção, malversação de dinheiro público, desvio de verbas, "propinodutos", "valeriodutos", mensalões e mensalinhos, resultou em poucos pingos – quase chuvisco – sobre os envolvidos, muitos dos quais réus confessos!
Leia na pág.4



A Casa do Jornalista de São Paulo comemora 74 anos de Fundação em meio a intenso trabalho de recuperação administrativa social e funcional...
Leia na Pág.15

Denúncia:

Graças a ação do chefe do executivo municipal que coloca todo o aparato fiscal para proibir Outdoors, placas e luminosos, São Paulo se transforma no Paraíso dos Pichadores, Sociopatas e Vândalos que emporcalham as ruas da cidade...

Leia e veja fotos na pág. 15



E mais:

No Brasil é grande o número de analfabetos funcionais
É enorme o número de alfabetizados não têm capacidade para entender o que lêem. Mas existe luz no fim do túnel... Leia na pág.5

É Lamentável! E o povo segue iludido, pagando a conta e morrendo...
A decepção do político honesto ao tomar posse e se deparar com a dura realidade dos interesses mesquinhos e rasteiros do jogo parlamentar...
Leia na pág.10

Colarinho branco ou encardido pela sujeira da criminalidade?
A impunidade dos criminosos "de elite" faz aumentar a criminalidade por todo o País. Leia na pág. 11

Sensacionalismo barato! Profissionais a serviço da informação negativa...
O exagero em busca de audiência não apenas atrapalha o trabalho policial, como facilita a ação de bandidos e criminosos...
Leia na pág. 14

Em 1954 a API realizou o 1º. Congresso Mundial de Imprensa, tendo como tema: Liberdade de Imprensa... Leia pag.8



A PALAVRA DO PRESIDENTE

J. B. Oliveira

Pouco teria o presidente a dizer. O que importa levar ao conhecimento dos colegas associados, e ao público leitor em geral, está nas dezesseis páginas deste terceiro número da nova fase do **Jornal da Imprensa Paulista**.

Entretanto, "*Noblesse oblige*", como sentenciam os franceses e, em razão disso, traço algumas linhas para um contato mais pessoal com os amigos. A luta pelo soerguimento de nossa Associação prossegue, com bastantes dificuldades, mas sem desânimo e sem interrupção. Como disse em nosso agradável "Almoço de confraternização", realizado no San Raphael Hotel, o veterano associado e Coordenador do Conselho de Assesores Professor Doutor Adolfo Lemes Gilioli: "*pegamos a A.P.I. 'no fundo do poço', com dívidas, dificuldades, ações judiciais, deterioração das instalações, descrédito e outros tantos problemas, porém, paciente e decididamente, estamos colocando a casa em ordem. Este evento de hoje que reúne expressivo grupo de verdadeiros amigos da A.P.I. na comemoração do transcurso de seu 74º Aniversário tem um significado muito especial: mostra que contamos com a união dos que desejam reconduzir nossa Associação ao lugar de destaque que ela merece. O presidente J. B. Oliveira, com o apoio de sua diretoria, está dando o melhor de si para cumprir o compromisso assumido em sua posse.*"

A celebração de convênios com instituições fortes, como o CIEE, a OAB e o SESCON, por exemplo, representa a reconquista do respeito para com a A.P.I. O "**Jornal da Imprensa Paulista**" saindo com regularidade mensal e trazendo artigos de muita pertinência e largo alcance social, ao lado de anunciantes de peso, é mais uma demonstração da seriedade que marca a administração atual. Particularmente, como um dos mais antigos associados, eu me confesso satisfeito e esperançoso, desejando a esta gestão todo o sucesso que merece."

A sensibilidade do Professor Gilioli permitiu-lhe, em poucas palavras, dizer o que acontece no dia-a-dia de nossa A.P.I. Se estivéssemos começando "da estaca zero", já não seria fácil. A questão é que começamos **abaixo de zero!** Como ele destacou, herdamos dívidas inclusive com o INSS, o que é muito sério e estamos buscando solucionar; ações judiciais não acompanhadas no devido tempo; instalações deterioradas e carcomidas; descrédito interno e externo e se isso não bastasse falta de espírito de corpo, de companheirismo e de lealdade de parte de inconformados com o bom desempenho que a administração está tendo apesar das dificuldades.

Os leitores da área de imprensa e de outros segmentos têm demonstrado aprovação à linha seguida pelo JIP, que vem se debruçando sobre questões de relevância não só da categoria mas da sociedade. O artigo **O Aerus e a Falência da Previdência Privada no Brasil**, oportuna e ousadamente redigido pelo vice-presidente Costa Carregosa, preencheu uma vasta lacuna deixada pela grande imprensa. Não se trata de crítica, mas um problema dessa magnitude tem de merecer a atenção dos comunicadores! Principalmente se adquire a feição de "ponta do iceberg", pois pode significar o futuro de toda a estrutura previdenciária do país! Para ficar no velho clichê, "**O Aerus é a Previdência Privada amanhã!**" As manifestações dos aeronautas e aeroviários gratificaram e justificaram toda a dedicação do companheiro Carregosa nesse trabalho jornalístico, é que dá seqüência ao fórum que abrimos para eles, no ano passado, em nossa sede. Mais do que isso, sensibilizou a Juíza Elizabeth Leão, titular da 12ª Vara da Justiça Federal e Presidente do INQJ – Instituto Nacional da Qualidade Judiciária a manifestar seu ponto de vista pessoal a respeito do que significa o "apagão" do Aerus em termos mais amplos.

AA.P.I. tem se feito presente nas mais diversas frentes institucionais, sociais e profissionais, o que demonstra o início do resgate do prestígio da entidade. Na



posse da Dra. Adriana Martorelli como Auditora da Fundação CASA (ex-Febem), o Presidente pode expor o que significa a nova designação: "Nos velhos tempos, o nome era RPM – Recolhimento Provisório de Menores, levando a uma despersonalização do ser humano, pois "recolhimento" pouco se aplica a pessoas. Mudou, a seguir para FEBEM – Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor, e etimologicamente melhorou, embora os resultados na prática social não tenham sido os ideais. O nome atual é CASA, e o conceito é o de LAR, de FAMÍLIA, que é a grande carência dos menores DE RUA! A A.P.I. se solidariza com esse sentimento humano e formula à dra. Adriana Martorelli jovem e brilhante advogada, membro atuante da OAB São Paulo votos de êxito em sua função".

Também no lançamento da **Campanha de Comemoração do Centenário do Dia da Bandeira**, a voz da A.P.I. foi ouvida e aplaudida conforme o texto: "A revitalização do Civismo – O Culto à Bandeira", reproduzido em espaço próprio.

O mesmo se deu por ocasião da passagem dos Comandos do Exército, no dia 13 de abril e da Marinha, em 20 do mesmo mês, quando a A.P.I. esteve representada por seu Presidente, assim como no dia 19: data de comemoração do Dia do Exército, no Comando Militar do Sudeste. No dia 4, em evento abrilhantado por figuras de destaque nos meios político, social e militar, especialmente convidada, a A.P.I. participou da solenidade de 77º Aniversário do CPOR São Paulo, colhendo o discurso do Comandante Tenente Coronel Tratz, que se acha publicado nesta edição.

Em evento dos mais concorridos dos últimos tempos, no Palácio das Convenções do Anhembi, a entidade conveniada OAB São Paulo deu posse à Diretoria e Conselhos que a dirigirão nos próximos três anos. À testa, o dinâmico Presidente Dr. Luiz Flávio Borges D'Urso e praticamente a mesma diretoria que o acompanhou no primeiro mandato. O prefeito Gilberto Kassab, o Governador José Serra e o presidente da Assembléia Legislativa Vaz de Lima, e demais autoridades civis, militares e eclesíásticas prestigiaram o ato. O presidente J.B.Oliveira representou formalmente a Associação e, ao mesmo tempo, tomou posse como membro do Conselho Seccional e Presidente da Comissão de Relações Corporativas e Institucionais da Ordem. Posteriormente, em ato solene realizado no salão nobre da OAB, tomou posse como membro efetivo da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Seleção e Inscrição da Seccional São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil.

Nesse mesmo mês, a A.P.I. foi recebida em audiência pelo Delegado Geral de Polícia, Dr. Mario Jordão Leme, que se propôs conceder entrevista exclusiva ao JIP, no próximo número, sobre as providências que vem tomando sobre as ações e investidas do crime no estado de São Paulo. Por coincidência, o Dr. Mário Jordão foi aluno do Professor J.B.Oliveira no Curso Superior de Polícia da Academia de Polícia Civil do Estado de São Paulo.

Liderando uma Comissão da Academia Cristã de Letras, com convênio a ser assinado com a A.P.I., o Presidente J.B.Oliveira e os demais acadêmicos Professor Paulo Nathanael Pereira de Souza, Presidente do CIEE e da Academia; Desembargador Sebastião Luiz Amorim, Presidente da Associação Paulista de Magistrados e Dr. Hélio Begliomini foram recebidos em audiência pelo Prefeito Gilberto Kassab. No ensejo, o prefeito se dispôs a atender as solicitações da A.P.I. dentro de sua esfera de competência.

Ao publicar esse "relatório de atividades", o propósito é levar aos associados a informação do que a administração da Associação Paulista de Imprensa vem desenvolvendo com o objetivo de dar efetivo cumprimento ao compromisso de campanha e de posse: **revitalizar e dinamizar a A.P.I.** É importante acrescentar que precisamos do esforço, do apoio e da ajuda de **cada** colega e de **todos** os interessados no resgate de nosso prestígio profissional e social.

NOTÍCIAS

TOMA POSSE O NOVO COMANDANTE MILITAR DO SUDESTE

No dia 13 abril, em solenidade realizada no Quartel General do Comando Militar do Sudeste, o **General-de-Exército Antônio Gabriel Esper** assumiu a função de Comandante Militar do Sudeste, sucedendo o também General-de-Exército Luiz Edmundo Maia de Carvalho, que, em Brasília, assumiu a Chefia de Gabinete do Comandante do Exército. A A. P. I., especialmente convidada, fez-se presente pelo presidente J. B. Oliveira, que é Diretor de Cultura da SASDE – Sociedade Amigos da Segunda Divisão de Exército.



O PRESIDENTE DA A.P.I. TOMA POSSE EM DUAS COMISSÕES NA OAB-SP

Além de figurar como membro do Conselho Seccional da Ordem e presidente da Comissão de Relações Corporativas e Institucionais, o presidente da A.P.I., jornalista e advogado J.B.Oliveira participa como membro efetivo da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Seleção e Inscrição. Isso se traduz em presença ativa e participativa de nossa Associação nessa que é uma das mais importantes entidades de classe do país e que é conveniada com nossa Associação.

SECRETÁRIO CHEFE DA CASA MILITAR DO ESTADO APÓIA CAMPANHA

O Coronel PM Miguel Libório Cavalcante Neto, Secretário Chefe da Casa Militar do Governo do Estado de São Paulo hipotecou seu apoio à **Campanha de Comemoração do Centenário do Dia da Bandeira**, lançado no último dia 12 de abril, em grande solenidade pública, pela OAB São Paulo e ADVB, com apoio da FENADVB, A.P.I. e Sociedade Amigos da Cidade. Segundo o Secretário, sua pasta

A.P.I. É UMA DAS PROMOTORAS DA CAMPANHA PRÓ-CIVISMO

Lançada publicamente em 12 de abril último, a **Campanha de Comemoração do Centenário do Dia da Bandeira**, conta com o patrocínio da OAB São Paulo e ADVB, e o apoio institucional da FENADVB, da Sociedade Amigos da Cidade e da nossa A.P.I. Logo no lançamento, o movimento contou com amplo apoio da sociedade civil e das corporações militares, conforme artigo publicado nesta edição.

vai restaurar a cerimônia de hasteamento e arriamento públicos da bandeira nacional no pátio do Palácio do Governo, em apoio à Campanha de que a A.P.I. participa como colaboradora. Também o Coronel Libório foi aluno do atual presidente da A.P.I. na pós-graduação da PM, no CAES, nos cursos CAO – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais e CSP – Curso Superior de Polícia

O PRESIDENTE LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO ASSUME NOVO MANDATO

O Centro de Convenções do Anhembi foi literalmente tomado por uma multidão que lotou as dependências para a posse da Diretoria e Conselhos da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de São Paulo, para o triênio 2007-2009, novamente sob o comando do dr. **Luiz Flávio Borges D'Urso**. Com a presença das mais altas autoridades civis, militares e eclesíásticas, o evento sensibilizou a cidade. A A.P.I. foi representada por seu presidente que, na ocasião, tomou posse como Conselheiro Seccional da Ordem.



CPOR SÃO PAULO COMEMORA SEU 77º ANIVERSÁRIO DE ORGANIZAÇÃO

O Tenente-Coronel Sérgio Tratz recebeu no "Solar dos Andradas", sede do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Exército, em São Paulo, autoridades militares, civis e eclesíásticas para comemorar o transcurso de seus 77 anos de existência. Entre os presentes, o General-de-Brigada Manoel Morata Almeida, ex-aluno, ex-instrutor e ex-Comandante da unidade, sendo o primeiro ex-aluno a chegar a Oficial-General do Exército. Como Instrutor Emérito do CPOR, o presidente da A.P.I. foi especialmente convidado, representando a entidade.

O OITAVO DISTRITO NAVAL TEM NOVO COMANDANTE

Em cerimônia ocorrida no dia 20 de abril, em sua sede, o Oitavo Distrito Naval passou ao Comando do **Vice-Almirante Terenilton Sousa Santos**, em substituição ao Vice-Almirante José Carlos Cardoso, que passou a responder pelo comando de todo o Pessoal da Marinha de Guerra do Brasil. A A.P.I., por seu presidente, compareceu para cumprimentar o novo Comandante e dar as despedidas ao Almirante Cardoso.



O QUE O COLAPSO DO FUNDO DE PENSÃO AERUS EVIDENCIA

* Elizabeth Leão

A percepção do esgotamento do sistema público em face da crise da previdência intensifica a conscientização do brasileiro quanto à importância da previdência privada para sua qualidade de vida no futuro.

Analistas são unânimes em considerar que o tipo clássico dos fundos de pensão está em vias de extinção, o que aumenta a oferta de aposentadoria complementar, além de demais planos abertos. Os fundos fechados foram criados pelas empresas sob o fundamento de garantir ao empregado segurança ao seu padrão de vida após o início da aposentadoria.

A realidade tem sido estremeceadora. Riscos existem. O triste exemplo dos montepios falidos bem como a atual situação da AERUS, assombra a vida dos prejudicados e cria instabilidade em relação à segurança desses planos.

Em verdade, esse mercado perdeu credibilidade, principalmente em face da má administração de recursos e ao fraco controle dos organismos responsáveis em relação à administração temerária dessas instituições.

Freqüentemente, empresas que criam o próprio fundo, aplicam os recursos dos investidores em ativos de seu conglomerado financeiro, ou seja, aplicam em papéis da própria empresa. Se esta falir, o participante perde o dinheiro investido.

Cabe observar que a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, apesar de órgão responsável pela fiscalização desse segmento, não oferece qualquer segurança a eventuais prejudicados, a não ser a possibilidade de o contribuinte se valer do seu direito de portabilidade, do qual praticamente ninguém tem conhecimento.

Contudo, caberia à SUSEP, enquanto agente fiscalizador dos fundos, a responsabilidade de garantidor da higidez econômico-financeira das instituições de previdência privada. Os direitos adquiridos devem ser preservados e a responsabilidade

do Governo Federal cresce na mesma proporção em que regula, fiscaliza e incentiva os fundos de previdência privada, na ânsia de transferir a eles um pouco da carga do elefante branco em que se tornou o passivo da previdência pública.

Regras transparentes, estímulo consciente, controles de risco e melhores métodos de supervisão e fiscalização, deveriam ser acompanhados de normas rígidas de controle interno. Apesar da promulgação da Lei 6435 de 1977, o Poder Público não criou ainda uma estrutura regulatória adequada. Como a SUSEP recebe relatório mensal das seguradoras, isso deveria permitir antecipar e identificar soluções para possíveis problemas de solvência que uma entidade de previdência privada possa vir a ter. No mínimo caberia à SUSEP assegurar maior segurança e transparência aos contribuintes, possibilitando a eles fazer uso do seu direito à portabilidade.

Sugestões têm sido discutidas, como a criação de um fundo garantidor como o que existe para a caderneta de poupança. Hoje a legislação não protege os recursos dos planos de previdência. Na realidade, a quitação de dívidas tributárias tem preferência em caso de falência ou intervenção.

O risco, portanto, está na falência da empresa, o que muitas vezes alcança a seguradora já que os recursos que o contribuinte aplica nesses planos não estão separados das reservas da seguradora.

Daí a maior responsabilidade da SUSEP. Cabe a essa instituição garantir ao contribuinte que não seja surpreendido com a notícia de que, após anos de muito esforço e poupança regular, a instituição na qual aplicava seu dinheiro quebrou e não tem como arcar com o pagamento dos benefícios acordados.

Dra. Elizabeth Leão, Juíza Federal, é presidente do INQJ – Instituto Nacional da Qualidade Judiciária.

FUNDOS DE PENSÃO: “A UNIÃO GERA A FORÇA!”

Maria Nazareth Dória

Como petroleira aposentada e contribuinte do fundo de pensão da PETROS, vejo com preocupação o futuro desses “fundos” no Brasil, basta lembrar o que aconteceu com o AERUS, tendo como principal mantenedora a VARIG, um orgulho no céu brasileiro. Não dá para “engolir” a maneira como foi feita a venda e a divisão da VARIG. Um pacote onde foi incluído o destino de milhares de brasileiros e, como se nada tivesse acontecido, restaram apenas as lágrimas dos trabalhadores que, sem emprego, tiveram suas vidas desestruturadas. Chefes de famílias retirando os filhos das boas escolas onde antes estudavam. Outros aceitando qualquer emprego (até mesmo em outros Estados) para poderem honrar compromissos assumidos, como o aluguel ou as prestações da casa própria (sonho de todo trabalhador).

Acreditar em um futuro tranqüilo para a família, sempre foi um fator importante que animava o candidato aos concursos oferecidos pelas grandes empresas. Valia a pena investir nos “cursinhos” de fins de semana, sacrificando os dias de folga para se preparar para o concurso dos sonhos. Poder trabalhar em uma empresa multinacional. Os aprovados assinavam os seus contratos, que já incluíam os descontos para o “fundo de pensão” (garantia de uma velhice com dignidade). Durante anos os descontos estavam ali no nosso holerite, mas não reclamávamos, afinal de contas era um dinheiro abençoado, que, no futuro, garantiria a complementação da nossa aposentadoria, pois sabemos que viver com o que o INSS paga, ao aposentado e à pensionista, é desafiar a morte! Os que sobrevivem não têm história para contar, porque não vivem.

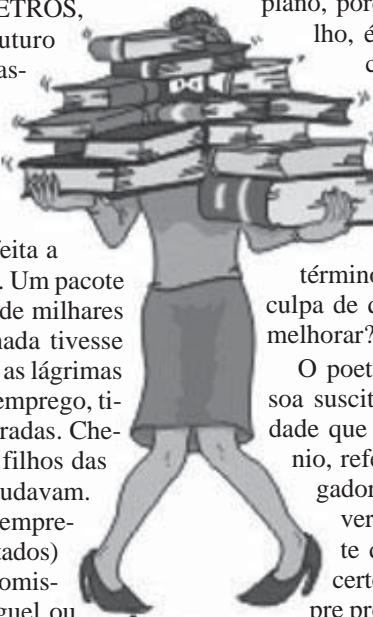
Infelizmente, o sonho virou pesadelo para os participantes do AERUS... Mais de 10 mil famílias estão vivendo o dilema de dormir e acordar sem saber até quando sobreviverão. Será que o pesadelo já não se aproxima dos outros fundos de pensão? Quem pode garantir a sustentação deles? Solidários, com os aposentados e pensionistas do AERUS, lembramos o velho ditado popular: “Quando a orelha do vizinho está queimando, colocamos a nossa de molho”. O medo e a insegurança tomaram conta dos participantes de todo os fundos de pensão: “Se o barco do nosso vizinho afundou, no mesmo mar em que navegamos, como ter a certeza que o próximo não será o nosso?”

Com certeza, muitos trabalhadores fazem hoje o que a maioria dos aposentados já fez no passado: levam o trabalho para casa para desenvolvê-lo no sábado e no domingo, dei-

xando, muitas vezes, a família em segundo plano, porque a prioridade é o trabalho, é a empresa. Fazíamos isso com amor, carinho e orgulho. Não havia a preocupação com as horas extras e nem com os ponteiros dos relógios. Quantas vezes ficamos horas em nossas mesas de trabalho, após o término do expediente, com a desculpa de que esperávamos o trânsito melhorar?

O poeta português Fernando Pessoa suscitou uma substantiva dubiedade que lhe reforça o toque de gênio, referindo-se aos antigos navegadores: “Navegar é preciso; viver não é preciso”. Independentemente da interpretação adotada, o certo é que os navegadores sempre procuram cercar-se de inúmeros instrumentos para alcançar um porto seguro. Além de equipamentos e mapas, os exploradores pesquisam relatórios e diários de bordo daqueles que navegaram os mesmos mares. Nós dedicamos os melhores anos de nossas vidas ao crescimento das empresas e o fizemos despreocupados, pois sempre acreditamos que outros profissionais, competentes e confiáveis, administravam o nosso futuro. Agora precisamos, assumindo de fato o “título” participante, nos armar com os instrumentos necessários e ir à luta, pois está em jogo um direito conquistado depois de muito trabalho. É urgente investigar, buscar informações e criar novas gestões onde todos os trabalhadores, do passado e do presente, estejam lado a lado em busca de seu porto seguro.

No Século XVIII, muitos escravos viviam na mesma senzala, tinham como dono o mesmo senhor, e muitos não trocavam uma palavra com o seu irmão de sorte. Longe dos feitores e dos senhores, eles se isolavam, muitos se odiavam e, com essa atitude, perdiam grandes oportunidades. Era ótimo para os senhores e feitores que eles brigassem entre si, se odiassem, pois enquanto houvesse discórdia, os feitores teriam pouco trabalho, e os senhores muita tranqüilidade. Porém, um dia, alguém entre eles percebeu que a intriga, estimulada pelos feitores e senhores, tinha um único propósito: mantê-los desunidos. Desunidos eles eram fracos, mas unidos seriam fortes, pois a união gera a força. Não será esse um exemplo a ser seguido pelos aposentados e pensionistas dependentes dos fundos de pensão? Será que não chegou o momento de nos unirmos, ao invés de ficarmos dando ouvidos aos senhores e feitores? Para defendermos, com êxito, nossa causa é necessário que estejamos unidos, pois somente a união gera a força.





São Francisco
ENCADERNADORA
Desde 1989

**ATENÇÃO
UNIVERSITÁRIOS**

ENCADERNAMOS:
TCC
Monografias
Dissertações
Teses

**ENCADERNAÇÃO
EM CAPA DURA**

qualidade e preços competitivos

Rua Chamantá, 787 • Mooca • São Paulo • SP
Fone: (11) 6128-0505 • esfco@esfco.com.br



AERUS/VARIG – Uma situação que exige solução urgente...

...para muitos a situação chega a ser desesperadora...

Costa Carregosa

A repercussão, do artigo publicado na edição passada, enfocando o alto risco de quebra que ronda os Fundos de Aposentadoria e Pensões Privadas no País, tomando como exemplo o caso AERUS/VARIG, permitiu aprofundarmos nossas investigações, propiciando melhor análise sobre o tema, que hoje, apesar de afetar a vida de milhares de brasileiros, deixou de interessar a denominada “Grande Imprensa”. Temos em mãos, relatos impressionantes com dados estarrecedores sobre a situação vivenciada por contribuintes, pensionistas e aposentados do AERUS e trabalhadores da VARIG, Transbrasil, VASP etc.

É difícil compreender tamanha incompetência, morosidade e até o descaso com que a situação vem sendo tratada por entidades de governo, autoridades, entidades fiscalizadoras, Políticos, Sindicatos, Federações de Trabalhadores e demais organismos envolvidos. Ninguém assume de maneira decisiva a situação. Com que finalidade, afinal, foi efetuada a intervenção no AERUS? Oficialmente, em nome dos contribuintes, visando preservar seu patrimônio e torná-lo operante, propiciando a recuperação da liquidez. De prático até agora, as notícias que o contribuinte (em nome de quem foi feita a intervenção) recebe são as piores possíveis. Enquanto os gestores do Fundo de Pensão, alegando falta de liquidez (como se nada tivessem a ver com a situação), recebem altas remunerações e pagam empresas contratadas para prestar serviços, os beneficiários têm seus proventos drasticamente reduzidos e são brindados com o anúncio (não formal) da proximidade de extinção total dos pagamentos, colocando milhares de famílias em desespero.

Como se concebe a omissão das autoridades responsáveis, diante de uma situação em que trabalhadores foram demitidos sem receber um centavo de seus haveres, não receberam salários atrasados e não conseguem receber o seguro-desemprego garantido legalmente? Aposentados (que contribuíram durante décadas para uma vida digna) que assistem a expropriação de seus proventos graças à gestão desastrosa (talvez até criminoso, ou no mínimo incosequente) dos recursos do Fundo de Pensão! Trabalhadores que não sabem o que fazer e muito menos a quem recorrer, pois nem foram informados oficialmente de sua demissão! Trabalhadores que (com a assistência e homologação do Sindicato) foram induzidos à aposentadoria antecipada, fizeram acordo relativo aos direitos de seu tempo de serviço, e agora, dispõem de Notas Promissórias sem valor, já que ninguém sabe a

quem executar ou cobrar! Trabalhadores que estavam próximos à aposentadoria e, portanto, tinham “estabilidade” no emprego, que ficaram sem emprego, sem salário, sem aposentadoria e sequer podem utilizar os recursos do FGTS, como qualquer outro trabalhador brasileiro! Trabalhadores que foram afastados do trabalho sob a alegação de que a “velha empresa”, não pode pagar e a “nova” não os reconhece!

Advogados e Juristas não conseguem conceber que caminho tomar judicialmente, já que foi criada uma situação jurídica incompreensível - aonde ninguém assume o prejuízo e muito menos o passivo e o que havia de bom foi entregue livre de qualquer responsabilidade!

Das autoridades e organismos oficiais, não se tem notícia de medidas efetivas, destinadas a resolver o problema de milhares de trabalhadores, pensionistas e aposentados. Enquanto o Sindicato é acusado de omissão e favorecimento de interesses governamentais, as Associações não conseguem se entender entre si e nem com o Sindicato, resultando num mar de denúncias e ações judiciais questionando direitos de representatividade legal, lotando o Judiciário e confundindo mais ainda a situação.

Até na OIT o problema foi denunciado sem qualquer resultado prático já que, não conseguiram formalizar a denúncia através dos canais formais. A cada dia nascem novas iniciativas isoladas que inviabilizam mais ainda a formação de uma possível frente comum. Muitos acreditam na instalação de CPIs como forma de resolver o problema, ignorando o resultado das CPIs dos Anões do Orçamento; Mensalão; Sanguessugas; etc., que apenas serviram para tumultuar a vida política do País sem qualquer resultado prático. Denúncias de toda ordem pipocam.

Não falta nada num tenebroso quadro de armações urdidas numa cadeia e sucessão de fatos impressionantes, resultando em que os responsáveis pela situação (tanto da quebra da VARIG - e demais companhias aéreas - quanto da insolvência do AERUS) permaneçam impunes, consigam se proteger e terminem como principais beneficiários.



Beneficiários também da dispersão e desentendimento

das vítimas que - em função de residirem em diferentes estados brasileiros - não conseguem unir forças, trocar informações, ou realizar estudos e planejamento eficaz de maneira a permitir a formação de uma FRENTE ÚNICA, que possa vislumbrar, principalmente, a quem, de que forma e através de quais canais recorrer de forma decisiva, visando restaurar seus direitos.

Em recente pronunciamento na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, a Deputada Luciana Genro abordou dentre outras, inúmeras questões que precisam ser melhor investigadas pois sugerem armações, tramóias e facaltruas elaboradas por mentes privilegiadas. Como explicar os 21 contratos de repactuação da dívida da VARIG com o AERUS com prorrogações e sucessivos acordos para pagamento dos valores descontados dos funcionários pelas Empresas Aéreas (concedidas pelas várias diretorias que passaram pelo Fundo de Pensão, sob patrocínio do governo através da Secretaria de Previdência Complementar) e que nunca foram cumpridos? Como explicar a utilização de recursos (obtidos e que deveriam ser aplicados para garantir os benefícios dos contribuintes) do PLANO 1 para formar fundos para um novo Plano denominado de PLANO 2, e inviabilizar os dois planos? Como permitiram a saída dos funcionários, e de uma grande empresa aérea, uma das maiores do País?

Como justificar os sucessivos e vultosos prejuízos causados pela aplicação inadequada e temerária dos recursos em projetos e aplicações financeiras duvidosas? Aonde, afinal, foi parar o dinheiro dos contribuintes? A quem pertence o patrimônio e os recursos financeiros dos Fundos de Pensão e Aposentadoria Privada? Por que não é dada aos cotistas e associados a possibilidade de decidir (por Assembléia) os destinos de seus recursos e do próprio Fundo? Para que serviu a intervenção? Se cabe à Secretaria de Previdência Complementar - órgão do Governo Brasileiro - a função de fiscalizar os fundos de aposentadoria e pensões, por que deixaram a situação chegar a esse ponto? Qual a possibilidade de investigação e apuração por parte das autoridades do Ministério Público, objetivando a restauração dos direitos das vítimas e responsabilização civil e criminal dos responsáveis (inclusive daqueles a quem cabia fiscalizar e intervir, mas que se omitiram) pela situação?

Soluções certamente poderão ser viabilizadas se, aposentados, pensionistas, aeronautas e aeroviários unirem forças focando corretamente objetivos concretos, ao invés de tratarem vários temas simultaneamente, perdendo tempo, desperdiçando recursos e energia. Uma delas pode ser a formação de uma FRENTE AMPLA, que atue nas ações já existentes, (existem ações em andamento visando responsabilizar a União pela falta de fiscalização adequada e que já permitiu a antecipação de tutela que - não fosse a constante intervenção do governo federal recorrendo da sentença - no seu resultado final assegura vencimentos iguais aos que eram pagos antes da intervenção aos aposentados e pensionistas) concentrando a mobilização em defesa dos mesmos argumentos.

Questionar, sem participar ativamente, a legitimidade da representação legal, ou o direcionamento das finalidades sindicais, também não é o melhor rumo a tomar. Forçados pela suspensão do pagamento de suas aposentadorias, aeronautas aposentados procuram retornar ao mercado de trabalho, ocupando postos que poderiam ser ocupados por pessoal ativo demitido, piorando ainda mais a situação dos desempregados.

“Pau que bate em João também bate em Pedro”, diz o dito popular. A questão da insolvência e dos destinos do gigantesco AERUS interessa de perto a todos os trabalhadores brasileiros que se filiaram e contribuem com recursos para Fundos de Previdência Privada, na esperança de uma aposentadoria digna que a previdência Social não pode proporcionar.